



A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

THE POPULATION IN STREET SITUATION AND THE LOWER CIRCUIT OF THE URBAN ECONOMY IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Diogo Jordão – SEEDUC – Rio de Janeiro – Brazil

diogojordao@id.uff.br

RESUMO

A população em situação de rua possui presença marcante nas cidades brasileiras, revelando-se como uma expressão da pobreza urbana no país. Em um contexto de excessiva privação, esses sujeitos se apropriam de espaços e recursos específicos com o intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território usado um abrigo. Nesse contexto, este trabalho busca analisar os usos do território pela população em situação de rua, dando foco às atividades laborais que esses sujeitos executam no Centro de Campos dos Goytacazes, RJ, em suas estratégias de sobrevivência. A pesquisa é de cunho qualitativo, baseando-se em pesquisa bibliográfica e em trabalhos de campo, onde se lançou mão de observações e entrevistas com roteiros previamente elaborados. Os resultados indicam que esse grupo populacional realiza atividades que se inserem no circuito inferior da economia urbana, como a catação de materiais recicláveis, a venda de doces e artesanatos, assim como o trabalho de “flanelinha”, constituindo assim novos usos do território.

Palavras-chave: População em situação de rua. Território usado. Circuito inferior da economia.

ABSTRACT

The population in street situation has a strong presence in Brazilian cities, being an expression of urban poverty in the country. In a context of excessive deprivation, these individuals appropriate specific spaces and resources to guarantee minimum conditions of survival, thus making the territory a shelter. In this context, the present study aims to assess the uses of the territory by the homeless population, focusing on the work activities that these subjects perform in Campos dos Goytacazes Center, RJ, in their survival strategies. The research has a qualitative nature, based on bibliographic research and fieldwork, where observations and interviews with scripts previously prepared were used. Remarkably, the findings indicate that this population group carries out activities that are part of the lower circuit of the urban economy, such as the collection of recyclable materials, the sale of sweets and handicrafts, as well as the work of “flanelinha”, hence constituting new uses for the territory.

Keywords: Population in street situation. Territory used. Economy lower circuit.

INTRODUÇÃO

A pobreza é um dos elementos característicos das cidades brasileiras, manifestando-se de diferentes formas. Uma das suas expressões mais extremas consiste na população em situação de rua, que despossuída de condições básicas de dignidade, se

apropriada de diferentes recursos e espaços da cidade em suas estratégias de habitação e trabalho.

Apesar de ser um fenômeno visível em boa parte do país, ainda são poucos os estudos e pesquisas sobre a população em situação de rua, tanto no âmbito governamental quanto acadêmico, principalmente no campo da Geografia e fora do eixo das grandes capitais. A inexistência de um local fixo de moradia é um dos fatores que dificultam a realização de estudos desse tipo. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com esse campo de análise ao investigar os usos do território por esse grupo populacional, dando foco às atividades laborais que esses sujeitos executam no Centro de Campos dos Goytacazes, cidade média¹ localizada na Região Norte do Rio de Janeiro.

Segundo Ribeiro (2012), é necessário reconhecer a complexidade da vida urbana, que se manifesta em todos os lugares. Logo, deve-se superar os localizadores sociais como únicos nortes da leitura da experiência urbana, a exemplo das leis e do próprio domicílio, pois estes contribuem para reforçar estereótipos e preconceitos.

Nesse sentido, ao tomar a população de rua como objeto de análise, é conveniente recorrer ao conceito de “território usado” (SANTOS, 2005), já que este permite ir além de leitura militar e corporativa do espaço - feita pelo Estado e pelas grandes empresas -, incorporando a multiplicidade de formas de apropriação do território que tensamente coexistem em um determinado tempo e determinado lugar (RIBEIRO, 2005; 2012). O território usado possibilita compreender as ações dos sujeitos sociais hegemônicos que, a despeito da concepção dominante de ordem social, usam o território como abrigo, desenvolvendo estratégias que permitem a sua sobrevivência nos lugares.

Dotada de grande capacidade de adaptação, diante da situação de escassez, a população pobre que habita as cidades dos países subdesenvolvidos cria formas

¹ As cidades médias se definem a partir dos papéis que desempenham na hierarquia urbana. Estas apresentam forte relação com as regiões nas quais estão situadas, possuindo elevado potencial de comunicação e articulação entre cidades maiores e menores (sob sua influência). Caracterizam-se pela concentração e centralização econômica, sendo elas os locais para onde os moradores de cidades menores e de áreas rurais se deslocam para realizar o consumo de bens e serviços mais sofisticados do que aqueles que geralmente têm acesso (SPÓSITO, 2001).

alternativas de trabalho e geração de renda, impondo outras lógicas de uso do território. Essas ações se inserem no circuito inferior da economia urbana que, ao contrário do circuito superior, se caracteriza por atividades realizadas com baixo grau de tecnologia, apresentam uma baixa produtividade, mas possuem a capacidade de absorver grande quantidade de força de trabalho (SANTOS, 2004).

Indo de encontro às concepções preconceituosas que permeiam o imaginário social brasileiro, as pesquisas têm revelado que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores (NEVES, 1999; ESCOREL, 2003; BRASIL, 2009; LOPES, 2009). Nesse contexto, este estudo se propõe a analisar os usos do território pela população em situação de rua presente na cidade de Campos dos Goytacazes, dando ênfase à incorporação desse grupo social à economia urbana da cidade.

A pesquisa é de cunho qualitativo e baseia-se em levantamento e análise bibliográfica sobre a temática abordada e, principalmente, trabalhos de campo nos quais se lançou mão de observações no cotidiano de vida dos sujeitos pesquisados, assim como entrevistas com roteiros previamente elaborados. Considerou-se a rua em seu sentido amplo, incluindo espaços geralmente usados como abrigo para essa população, a exemplo de praças, marquises e pontes. Inicialmente, buscou-se identificar os locais de concentração dessa população nas ruas da cidade.

Para isso, foram executadas as seguintes ações no ano de 2018: 1) Entrevista com uma integrante do Serviço de Abordagem de Rua no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP); 2) Atuação do pesquisador junto aos integrantes de um projeto social que realiza atendimentos às pessoas em situação de rua na cidade e, posteriormente; 3) Observações nas ruas do Centro da cidade.

Foram realizadas 18 entrevistas de cunho qualitativo gravadas em áudio e transcritas. Desse total, 15 pessoas eram do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Essas atividades ocorreram em diferentes pontos da área central a fim de obter uma melhor compreensão dos diferentes usos do território. A escolha dos entrevistados se deu de maneira aleatória. As observações e entrevistas foram realizadas em dias diferentes: tanto dias úteis, finais de semana ou, até mesmo, feriados.

Do mesmo modo, os horários também foram alternados: nos turnos matutino, vespertino e noturno, inclusive ao amanhecer e após as 21 horas. Estes procedimentos mostraram-se necessários devido às características próprias do cotidiano dessas pessoas já que, a depender do horário, muitas delas estão andando pelas ruas a procura de alimento ou mesmo a trabalho. Os nomes aqui utilizados são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos pesquisados.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA EXPRESSÃO DA POBREZA URBANA

Envolvendo inúmeros fatores, o fenômeno da população em situação de rua é extremamente complexo, de modo que sua análise e compreensão apresentam diversas dificuldades. Segundo Lopes (2009), diz respeito a um:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos) e as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitarem, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias, nos cursos da construção de saídas das ruas (LOPES, 2009, p. 136).

Segundo a autora, essa expressão “em situação de rua” designa uma condição que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista no processo de acumulação do capital. Consiste em uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados.

Historicamente, permeia na sociedade a ideia de que as pessoas vivem nessa condição por escolha própria. Nesse pensamento, a ida para as ruas se dá por motivos puramente individuais e que, portanto, tais pessoas poderiam sair dessa condição por vontade própria. Todavia, com o avanço das lutas político-sociais, buscou-se uma desnaturalização do fenômeno, mediante discussões mais aprofundadas sobre suas causas e condições. Atualmente, a maior parte dos estudiosos da questão considera que a ida para as ruas envolve fatores inerentes à vida de cada pessoa. Todavia, por trás dos

aspectos individuais, o fenômeno estaria condicionado a um contexto maior, sendo resultado de um processo macroestrutural.

Segundo Lopes (2009), na literatura sobre o tema há um consenso quanto à multiplicidade de fatores que conduzem à situação de rua. Os fatores mais enfatizados pelos estudiosos coincidem com aqueles apontados na Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), sendo eles: as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool ou outras drogas e problemas referentes às situações de desabrigo.

Todavia, causas estruturais estariam na origem e reprodução do fenômeno. Caracterizado como multideterminado, a autora afirma que o fenômeno é uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, sendo esta, por sua vez, uma expressão das desigualdades resultantes das relações capitalistas, que se processam a partir do eixo capital-trabalho.

A autora considera que a pobreza decorre não apenas da distribuição desigual da riqueza social, mas também da apropriação privada dos meios de produção e da relação de exploração da classe dos capitalistas sobre os trabalhadores. A pobreza extrema “se define pela não propriedade dos meios de produção e reduzido ou inexistente acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de trabalho e renda regulares, seja pelo não acesso às políticas públicas” (ibid. p. 129).

A pobreza extrema está intimamente vinculada à população em situação de rua que, segundo a autora, é um fenômeno cujas causas estruturais vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista, sendo sua produção e reprodução originárias dos processos imanentes à acumulação do capital no contexto de produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo.

Para Milton Santos (2001), as discussões sobre a pobreza devem ir além das análises estatísticas para situar o homem na sociedade global à qual pertence. Isso porque a pobreza não é apenas uma categoria econômica. Antes de tudo, trata-se de uma

categoria política, pois estamos lidando com um problema social. Conforme salienta o autor:

[...] ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo. E essa condição se amplia para um número cada vez maior de pessoas (SANTOS, 2001, p. 59).

Ao discutir a pobreza urbana no Brasil, Santos (2013) afirma que o rápido processo de urbanização do país revelou uma crescente associação com o aumento da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade. O autor explica que, com a modernização da agricultura, ocorre a expulsão dos trabalhadores do campo, que vão buscar na cidade suas condições de sobrevivência. Já a indústria, que também se moderniza, reduz drasticamente o número de empregos. Por fim, o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

Acrescenta-se a esse processo o direcionamento dos investimentos públicos para a viabilização de uma cidade corporativa, que interessa, em primeiro lugar, aos agentes socioeconômicos hegemônicos. Para atender ao capital monopolista, o Estado atua dotando a cidade com infraestruturas indispensáveis ao processo produtivo e à circulação dos agentes e dos produtos, em detrimento da maioria da população.

Como resultado, há o agravamento da pobreza urbana e o aprofundamento das desigualdades que, cada vez mais, se evidenciam na organização interna das cidades grandes e também das cidades médias. Geralmente, é comum o segmento populacional com maior poder aquisitivo residir nas áreas privilegiadas, podendo acessar os bens e serviços com facilidade, enquanto grande parte da população carente se amontoa nas favelas e espaços periféricos com precária infraestrutura e sem acesso aos serviços básicos essenciais à sobrevivência, aprofundando a situação de pobreza. Para muitos que vivem em situação de extrema carência, a rua se apresenta como a única opção.

Para Santos (2006), embora as cidades se apresentem como centros da acumulação e gestão do capital, elas se constituem também no refúgio dos pobres, onde estes desenvolvem estratégias que garantem sua sobrevivência. Desse modo, ao mesmo tempo em que a cidade acolhe uma racionalidade hegemônica que se constitui no uso

corporativo do território, ela também acolhe outras racionalidades que se localizam entre os pobres, os migrantes e as minorias em geral com suas atividades marginais.

Essas novas racionalidades florescem a partir da própria limitação da racionalidade hegemônica, que é criadora de escassez e pobreza. Por não disporem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea, os pobres se tornam incapazes de se subordinarem completamente às racionalidades dominantes. Assim, a experiência da escassez passa a constituir a base de uma adaptação criadora à realidade existente, de modo que os despossuídos buscam formas alternativas de racionalidades que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nas cidades.

A existência de uma grande massa de pessoas trabalhando em atividades ocasionais ou vivendo com salários muito baixos ao lado de uma minoria portadora de altas rendas cria nas cidades uma divisão entre os que podem ter acesso permanente aos bens e serviços e aqueles que não têm condições de acessá-los. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços nessas cidades, que Santos (2004) define como circuito superior e circuito inferior da economia urbana.

Cada circuito se define por dois conjuntos de variáveis: o conjunto das atividades realizadas em certo contexto e o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. Todavia, a definição não é rígida, de modo que a caracterização do circuito não pode ser feita através de variáveis isoladas, sendo necessário considerar o conjunto das atividades.

O circuito superior é resultado direto das modernizações que atingem o território, sendo constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Consiste nas atividades criadas em função das pessoas que podem se beneficiar dos avanços tecnológicos, ou seja, aquelas que possuem maior poder aquisitivo e controle da informação. Suas relações se dão com o que é externo à cidade e à região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior.

O circuito inferior, por sua vez, também resulta da mesma modernização tecnológica, todavia de forma indireta. É constituído por atividades pouco capitalizadas e

que apresentam um menor grau de tecnologia. O mesmo se apresenta como um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno:

Esses encontram bem rápido uma ocupação, mesmo que seja insignificante ou aleatória. A tendência das camadas médias e abastadas de consumir mais serviços pessoais quanto mais baixos forem os custos, assim como o fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicam os empregos: sapateiro, alfaiate, pequenos merceeiros e vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de táxis, pedreiros e engraxates, carregadores de água, plantonistas, meninos de recados e domésticas de todo tipo. Algumas profissões, como a dos engraxates, acham-se no limite da mendicância (SANTOS, 2004, p. 202).

Essas atividades do circuito inferior estão estritamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico local e se aproveitam da economia de aglomeração, assim como dos interstícios deixados pelos setores mais modernos. Ocupam ruas, becos, terminais rodoviários, praças, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos (ARROYO, 2008).

Para Silveira (2015), o circuito inferior da economia urbana é um mecanismo permanente de integração dos pobres ao meio construído, ao trabalho e ao mercado. Trata-se de um mercado socialmente necessário, no qual se dá a busca pela sobrevivência, embora seus atores sejam subordinados às lógicas de um uso corporativo da cidade e do território.

Montenegro (2006) explica que o circuito inferior exerce o papel de provedor de ocupações à população pobre e reafirma-se, ao mesmo tempo, como perpetuador da pobreza diante da crescente limitação do Estado em prover empregos e satisfazer as necessidades mínimas de grande parte da população do país. A autora ainda salienta que esse circuito engloba qualquer trabalho que permita obter algum tipo de renda na cidade. Atividades realizadas por indivíduos como vendedores ambulantes, guardadores de carros (“flanelinhas”) ou “catadores” de materiais recicláveis compõem o universo desse circuito.

É bastante comum que as pessoas em situação de rua sejam taxadas como “preguiçosas” ou “vagabundas”. Na maioria das vezes, são vistas como incompetentes e

responsáveis pela deplorável situação na qual se encontram. No entanto, ao contrário do que é colocado pelo senso comum, os estudos indicam que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores.

Como afirma Neves (1999), “dotados de competência para lutar, esforçam-se para dar a volta por cima. Portadores de coragem para sair do fundo do poço, renovam, a cada dia, a expectativa diante da sorte” (NEVES, 1999, p. 120). Para esse grupo social, mesmo em condições degradantes, o trabalho continua sendo a principal referência material, psicológica e cultural, simbolizando a esperança de desenvolvimento, acesso a melhores condições de vida, felicidade e realização pessoal (LOPES, 2009).

A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) identificou que 70,9% das pessoas em situação de rua exercem alguma atividade remunerada. Aqueles que pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência constituem minoria (15,7%). Entre as principais atividades realizadas, destacam-se as de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Essas constituem estratégias de sobrevivência no espaço urbano e se inserem no circuito inferior da economia.

Essas atividades laborais se somam às demais estratégias que essa população desenvolve no espaço urbano para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como comer, dormir e tomar banho. Com as experiências desenvolvidas no dia a dia, adquirem conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando assim, novos usos do território.

Milton Santos (2005, p. 255) defende que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. Assim, trata-se do território usado, definido a partir dos objetos e das ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Os agentes hegemônicos, como o Estado e as corporações, usam o território como um recurso, ou seja, apenas como um meio para potencializar suas estratégias corporativas. Nessa perspectiva, adaptam o território às suas necessidades, adicionando materialidades funcionais ao exercício de atividades exógenas ao lugar, o que aprofunda a divisão social e territorial do trabalho.

Já os agentes hegemônicos, como os trabalhadores do campo e da cidade, usam o território como um abrigo, buscando constantemente adaptar-se ao espaço, recriando estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. Nascimento (2011) explica que a baixa qualificação profissional, a escassez de emprego e a dificuldade de acesso aos serviços básicos exigem da população pobre maior flexibilidade de adaptação às alternativas de trabalho e renda. Assim, esses sujeitos são obrigados a reinventar suas condições materiais de vida no território usado, já que cotidianamente se defrontam com a escassez.

Nessa concepção, o território usado é o lugar da existência e resistência, o lugar onde o pobre toma consciência de sua condição e desenvolve estratégias de luta e sobrevivência, mesmo que, frequentemente, sejam opostas às racionalidades hegemônicas (SANTOS, 2000). O território usado é “preche das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis e antagônicos” (RIBEIRO, 2005, p. 12.458).

Ao desenvolverem práticas no espaço urbano que se mostram essenciais à sobrevivência, a população em situação de rua vivencia a geografia urbana de forma particular, fazendo da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diferentes daquelas preconizadas pela “ordem urbana” (FRANGELLA, 2004). Conforme Santos (2001), embora a pobreza seja uma situação de carência, é também uma situação de luta, um estado de vida ativa, ao passo que ante a racionalidade hegemônica, desejosa de tudo conquistar, os pobres criam formas alternativas de racionalidade que se mostram indispensáveis à sua sobrevivência nos lugares.

A POPULAÇÃO DE RUA E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO CENTRO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Campos dos Goytacazes está localizado na Região Norte Fluminense e possui uma população total de 463.731 habitantes, dos quais 90,2% residem na área urbana (IBGE, 2010). Além de ser o maior município em extensão territorial do estado do Rio de

Janeiro (4.026.696 km²), ele polariza os demais municípios da região devido à concentração de atividades de comércio e serviços.

Historicamente, o município se destacou em escala nacional devido ao seu dinamismo econômico: primeiramente com a indústria sucroalcooleira e, mais recentemente, pelo recebimento de recursos provenientes da exploração de petróleo na Bacia de Campos. No entanto, essa opulência financeira não se reverteu em desenvolvimento socioespacial, de modo que seu espaço urbano é marcado pela desigualdade e pobreza.

Dados do IBGE (2010) revelam que mais de 60% dos domicílios do município possuem rendimento per capita inferior a um salário-mínimo. Além disso, 5% não possui qualquer rendimento. Por outro lado, em 4,2% dos domicílios o rendimento domiciliar per capita é de mais de cinco salários-mínimos. Esse quadro é ainda mais grave nas favelas, onde 80,6% dos domicílios possuem um rendimento domiciliar per capita de menos de um salário-mínimo. A cidade possui 27 favelas, onde residem mais de 15 mil pessoas.

O Centro da cidade concentra uma enorme variedade de comércios e serviços. Há supermercados, lojas de roupas e calçados, papelarias, farmácias, bancos, universidades, hospitais, clínicas médicas e odontológicas, postos de gasolina, entre outros. Essa grande quantidade de equipamentos e serviços faz com que pessoas de todos os lugares da cidade e de outras cidades da região procurem o Centro diariamente. A configuração da área apresenta-se estratégica para aqueles que vivem nas ruas. Segundo o Centro POP (2017), foram identificadas 129 pessoas nessa situação na cidade.

Ao caminhar pelas ruas da área central, é comum encontrar pessoas nessas condições ocupando calçadas, praças e marquises. Embora constituam um grupo populacional, esses sujeitos apresentam características heterogêneas, com particularidades em suas estratégias de habitação e sustento na cidade. Segundo Neves (1999), para aqueles que nela vivem, a rua é o lugar de abundância a ser vasculhada, de acolhimento a ser conquistado e de alternativas diante da condenação à morte. Nesse sentido, a partir da escuta aos sujeitos sociais, esta seção do artigo busca compreender

como a população de rua se integra à economia urbana local por meio de suas atividades de subsistência.

Mediante a pesquisa empírica, identificou-se que o Centro da cidade concentra a população de rua do município. As entrevistas apontam que a escolha da área deve-se ao fato de o lugar apresentar melhores condições de sobrevivência quando comparado às demais regiões da cidade, principalmente em relação ao trabalho, como pode ser observado na fala do Sr. Antônio:

Aqui é melhor. Aqui eu tomo conta de carro, de moto. Agora eu tô só em moto. Aqui tem muito serviço, menino. Só não trabalha quem não quer. Aquilo lá é o quê? Papelão, não é? Então, já é dinheiro. Óh o mercado. Não trabalha quem não quer. Aqui não passa fome, não. Passa fome quem quer (Sr. Antônio – informação verbal).

A configuração da área apresenta-se estratégica para aqueles que vivem nas ruas. As praças, os parques e as incontáveis marquises de lojas e equipamentos urbanos são usados para descanso ou proteção. O grande fluxo de pessoas com veículos torna-se uma oportunidade de trabalho para os chamados “flanelinhas”. Já a grande quantidade de lojas, com a conseqüente produção de lixo, apresenta-se como uma fonte de trabalho para os catadores de materiais recicláveis.

Como explica Penteado (2012), a forma como a cidade está organizada se impõe e condiciona a vida dessas pessoas, haja vista que suas estratégias de uso se definem a partir dessa organização da cidade. Do mesmo modo, Montenegro (2006) afirma que as atividades do circuito inferior são intimamente ligadas aos conteúdos do meio geográfico no qual se localizam, ou seja, dependem da economia de aglomeração, aproveitando-se dos interstícios deixados pelos setores mais modernos da economia.

Entre os sujeitos pesquisados, identificou-se a realização de atividades como a venda de doces e artesanatos, a catação de materiais recicláveis, assim como o trabalho de “flanelinha”. Há ainda aqueles que fazem os chamados “bicos”, ou seja, atividades esporádicas, como capina de quintal, pintura, ou ajudante de pedreiro. Outra forma de obtenção de dinheiro identificada foi a venda de vagas nas filas de hospitais.

O local de realização da atividade, assim como o período do dia, são aspectos considerados nas estratégias de obtenção de rendimentos na rua. A depender do

trabalho, sua realização pode ocorrer em todos os dias e horários, como fazem alguns flanelinhas. No entanto, há atividades que somente são realizadas mediante demanda específica, como os “bicos” e a prostituição. Essa variação também vai acarretar em diferenças nos rendimentos que alcançam até R\$70,00 por dia.

Grande parte das ruas do Centro é ocupada por flanelinhas, sejam eles moradores em situação de rua ou mesmo residentes de moradias regulares. Escorel (1999) afirma que essa atividade está relacionada à mercantilização do medo, envolvendo a apropriação do território mediante uma relação conflituosa com outros agentes do espaço urbano:

A atividade envolve uma apropriação do espaço público, uma delimitação de território de trabalho disputado não apenas com outros guardadores, mas também com o poder público municipal. Relaciona-se tanto com a insegurança geral da cidade e o medo de que o veículo seja furtado quanto com o medo inspirado pelo próprio guardador. É uma atividade que pode proporcionar rendas relativamente elevadas na escala de rendimentos da população de rua, não exige instrumentos de trabalho, nem qualificações específicas. Pode ser realizado de maneira intermitente – apenas para conseguir alguns trocados que garantem a alimentação e a bebida – ou de maneira regular, o que possibilita adquirir confiança da clientela (SCOREL, 1999, p. 218).

Os relatos dos entrevistados indicam que as ruas são repartidas e as áreas de estacionamento são apropriadas por diferentes pessoas que se tornam “donas” do espaço. Em alguns casos, o próprio “dono” exerce a atividade em sua área delimitada durante todo o dia, além dos horários noturnos quando há demanda. No entanto, existem aqueles que trabalham durante um determinado horário em que há maior demanda e depois “cedem” sua área para outra pessoa trabalhar. Além disso, identificou-se a existência de situações em que o “dono” permite que outra pessoa trabalhe em suas vagas mediante o pagamento de determinada quantia, ou seja, realiza-se um arrendamento da área.

Assim como os horários de trabalho, a escolha da área de atuação é estratégica. Essas pessoas geralmente se aproveitam do fluxo provocado pelas lojas, bancos, igrejas, clínicas médicas e outros equipamentos para a realização da atividade. Durante as noites, a movimentação nas lanchonetes e igrejas também resulta em demanda para esse tipo de trabalho, todavia, de maneira menos intensa.

Em geral, os lavadores de carros e/ou flanelinhas utilizam como ferramentas de trabalho uma flanela, que pode ser um pedaço de pano ou uma camisa velha. Usam ainda baldes, além de água, que geralmente é recolhida em locais como postos de gasolina ou banheiros públicos. Em alguns casos, baldes ou cones são usados para demarcar o território de trabalho.

Sr. Marcos, de 64 anos, realiza essa atividade há 20 anos, sempre no mesmo local, próximo ao Jardim São Benedito. Ele, que já trabalhou com a armação de ferragens em cidades como Búzios, Rio de Janeiro e São Paulo, retornou para Campos dos Goytacazes depois de perder postos de trabalho devido à idade, considerada avançada pelo mercado. Por não conseguir serviços na área de construção, encontrou nas ruas o seu “meio de vida”:

Aí eu fui vigiar carro, me identifiquei e tô há 20 anos. Num lugar só. Eu fico ao lado do Super Bom da 13 de maio. Ali eu sou bem conhecido. Eu pego 6h da manhã e largo 15h da tarde. Eu trabalho lidando com o público. Ali eu sou mais relações públicas do que flanelinha. Eu uso um colete para ajudar a tirar os carros da vaga, já que é uma área meio complicada, que é mão única. Nesses 20 anos eu já conquistei uma boa amizade ali. Eu não posso forçar o povo a colaborar. Vai depender da cabeça de cada um. Vamos dizer que de 6h da manhã às 15h da tarde, no entra e sai da minha vaga, entre uma base de 60 carros. 10 colaboram e 50 não. Hoje acontece isso, mas eu não posso fazer cara feia. Ali é de acordo com os consultórios, de segunda a sexta. Por baixo, hoje dá pra tirar aí uns 60 reais semanais. Aí vamos dizer... dá R\$240,00 por mês. Eu nem posso dizer que é R\$60,00. Às vezes é até menos. Eu fico ali de 6h às 15h, que é o horário de pico (Sr. Marcos – informação verbal).

Ressalta-se que sua atividade está relacionada à dinâmica dos consultórios médicos. Seus clientes são, em grande parte, profissionais da área da saúde que trabalham naquela área durante a semana. Aos sábados, domingos e feriados ele fica impossibilitado de realizar sua atividade, já que nesses dias não há demanda por estacionamento. No entanto, até mesmo quando há a demanda, nem sempre seu trabalho é compensado com algum valor, já que nem todos os proprietários de automóveis lhe pagam pela atividade. O Sr. Marcos ainda explica que geralmente fica no local no período entre as 6h e 15h que, segundo ele, é o horário de maior movimento. Após esse período, quando sai para comer e descansar, ele diz que libera “suas” vagas para outros flanelinhas que atuam na mesma região.

A baixa quantia em dinheiro que ele consegue durante a semana está estritamente vinculada à quantidade de vagas que ele dispõe para realizar o trabalho. Segundo ele, inicialmente havia mais vagas, no entanto, com a chegada de novos flanelinhas, sua área de atuação foi reduzida, restando-lhe apenas cinco vagas.

Sr. Antônio também trabalha como flanelinha, mas só atende proprietários de moto. O seu ponto de trabalho é uma pequena área de uma rua ao lado da Praça São Salvador. O local é bastante estratégico, pois fica próximo às agências dos Correios e Previdência Social, além da Igreja, bancos, lojas e padaria. Ele explica que trabalha mediante um acordo de arrendamento, já que a área por ele ocupada “pertence” a outra pessoa. Trata-se de alguém que exercia essa mesma atividade anteriormente e que se “apossou” do espaço. Por dia, ele consegue um rendimento que varia entre R\$50,00 e R\$70,00. No entanto, parte do valor é destinada ao “dono” do ponto. Por mês, seu rendimento varia em torno de R\$1.000,00, sendo a maior parte direcionada para a própria alimentação.

Trabalho tomando conta de carro e moto. Agora só moto. Todo dia... Onde eu tô trabalhando é de outra pessoa. Eu pago R\$15,00 pelo ponto. Por dia [o rendimento] é R\$70,00, R\$60,00. Às vezes eu faço R\$50,00. Gasto com alimentação. Eu não tô bebendo. Às vezes eu vou lá, bebo umas cervejinhas (Sr. Antônio – informação verbal).

O Sr. Gustavo, que também trabalha como flanelinha próximo à mesma praça, destaca que aquela área possui movimento todos os dias da semana e em todos os horários. A farmácia, que funciona 24 horas por dia, assim como os eventos noturnos na igreja, permitem que haja possibilidades de ganhos dia e noite.

Trabalho tomando conta de carro. Não dá pra ganhar muito, mas dá pra me sustentar. De segunda a segunda, todos os horários. De 7h da manhã às 22h da noite. Aqui. Só em frente aos Correios. Aqui tem a farmácia, que é 24 horas. E tem missas e casamentos na igreja. Todos os dias tem movimento. [O rendimento é] na faixa dos R\$60,00 R\$70,00 por dia (Sr. Gustavo – informação verbal).

Já o Sr. Rafael, que exerce a mesma atividade, só trabalha durante a noite, quando as vagas de estacionamento da Ponte Leonel Brizola são liberadas por outro rapaz que trabalha durante o dia. Ele ressalta que o movimento na área também ocorre durante as 24 horas do dia, principalmente por conta das lanchonetes dali que funcionam

ininterruptamente. Rafael explica que se preocupa com a percepção dos motoristas quanto ao seu trabalho e que, por isso, não apresenta nenhum tipo de reação caso a pessoa não queira contribuir com o que ele chama de gorjeta.

Quando dá 17h30min eu venho pra cá. Porque eu combinei com o rapaz de 17h30min em diante eu vigiar os carros. Todos os dias, de domingo a domingo. Aí eu vou juntando... Porque um me dá um real, dois reais... Então, não tem um salário... É mais uma gorjeta. Porque é até contra a lei você ser um flanelinha... então o carro encosta aqui, eu vou, faço um sinal positivo... nem intimo dinheiro nenhum... quando ele sai, ele me dá... A gente não sabe se é um policial, se é uma pessoa do Jurídico. Então, eu me reservo. Sempre aqui, ou ali do outro lado (em frente ao Lanche). Porque nos outros lugares dá conflito. Já tem pessoas que fazem o serviço... É mais ou menos uns R\$60,00 reais por semana. Às vezes cato latinha... A noite quando não tem como eu dormir, aí eu saio catando latinha na Pelinca (Bairro vizinho) nos quiosques... aí no outro dia eu vendo... eu vendo por R\$3,50 o quilo. Eu tenho uma conta bancária, e eu vou colocando lá. Já tenho R\$500,00... Nesses três meses já fiz R\$500,00 (Sr. Rafael – informação verbal).

A catação e venda de materiais recicláveis é também uma das principais estratégias de sobrevivência da população que vive nas ruas de Campos dos Goytacazes. Papelão, latinha de alumínio, objetos de metais, ferro e cobre, além de garrafas jogadas no lixo tornam-se fontes de recurso para pessoas que sobrevivem nas ruas.

Escorel (1999) escreve que a catação é uma atividade que envolve um aprendizado e um processo de trabalho composto pela coleta, seleção e separação, compactação, armazenamento, transporte e venda.

Os catadores estabelecem relações com os responsáveis pelas 'fontes', como porteiros e vigias de prédios residenciais ou comerciais e funcionários de empresas, assim como mantêm relações comerciais com os proprietários de depósitos e brechós. Também utilizam a venda de pessoa a pessoa. Em função do papel que desempenham (desqualificado, porém necessário), no setor de reciclagem do lixo – que está em franca expansão econômica – não podem ser considerados como supérfluos e desnecessários (ESCOREL, 1999, p. 217).

José, que trabalha com essa atividade juntamente com outro colega de rua, afirma que a atividade é realizada todos os dias. Segundo ele, há uma diversificação dos locais a depender do tipo de material. Ele explica que o papelão, por exemplo, é mais fácil de ser encontrado no Centro. Já as latinhas de alumínio existem em maior quantidade na região da Pelinca, bairro vizinho. Essa diferença se deve ao tipo de comércio de cada área.

Enquanto no Centro há maior quantidade de lojas que descartam o papelão, na Pelinca há mais bares e restaurantes que descartam as latinhas.

Conforme Escorel (2003), embora sejam ocupações que não exijam qualquer qualificação, envolvem um processo de aprendizado, uma apropriação do "território de trabalho" e relações específicas com transeuntes.

Segundo José, diariamente são recolhidos cerca de 200 quilos de papelão e 200 quilos de garrafas pet. O material é repassado para um atravessador que revende o produto para empresas de processamento localizadas no estado do Espírito Santo e na cidade do Rio de Janeiro.

Quando você vendia no dia, tirava mais ou menos R\$100,00 por dia. Dividia pra mim e meu amigo. Uns R\$50,00 reais pra cada um. Agora nós vamos trabalhar semanalmente. Aí sobra um dinheirinho a mais. Vai dar mais que um salário. Vende por quilo. O papelão está 0,20 centavos o quilo. As garrafas pet claras, 0,80 centavos, as de cores 0,50 centavos. Aí tem a latinha, tem o ferro, tem o cobre... Nós reciclamos tudo. Mas nosso carro chefe é o papelão. Por dia... Uns 200 quilos de papelão. Uns 200 quilos de pet. Pessoas compram e revendem pra empresas de fora que vão beneficiar esses produtos. Eles repassam o produto. Compra por um valor, e revende por um valor maior ainda. É revendido aqui em Campos. Aí eles colocam nas máquinas de prensar, vem um caminhão e leva pra fora. Pro Espírito Santo e Rio de Janeiro (Sr. José – informação verbal).

Além dessas atividades mais convencionais, identificou-se nas ruas a realização de outros trabalhos que exigem relações mais específicas com os demais cidadãos. Os chamados “bicos” ou “biscates” são uma realidade. Para quem não tem uma atividade fixa, qualquer serviço se torna oportunidade de obtenção de ganhos. Capina de quintal, limpeza de caixa de gordura nas residências, pintura de casas ou ajudante de obra configuram essa realidade. Diferente da catação de recicláveis e da atividade de flanelinha que comumente são feitas no Centro, a demanda pelos “bicos” se dá com maior frequência nos bairros residenciais.

Lá mesmo no bairro... fazendo um biscate... uma capina... limpo caixa de gordura... Ganho R\$10,00 R\$12,00... Limpo um carro. Capina de quintal, pintura... bater uma massa de obra... Nem sempre tem todo dia. Pessoal me vê na rua... no bairro Novo Jockey e fala “Fulano, tem um coisinha pra você fazer aí”. “Oh, dá uma geral no meu carro.” [Aqui no centro trabalho] de vigia de carro. Ali no Sindicato dos Bancários. Fico lá... e ganho um dinheirinho... Ganhei 20 e poucos reais... só ali. Olha, por mês, eu calculo R\$350,00. Todas as atividades... Basta ter ânimo. Eu tendo ânimo, eu faço as coisas (Sr. Joaquim – informação verbal).

A “venda” de vagas nas filas de hospitais também se insere na realidade da rua. A pouca quantidade de vagas nos serviços médicos faz com que os pacientes passem as noites na fila de marcação de consultas e exames. Em geral, os usuários do serviço de saúde chegam ainda no dia anterior e permanecem até a manhã do dia seguinte, quando são atendidos. Essa dificuldade enfrentada pelos pacientes apresenta-se como uma oportunidade para pessoas carentes obterem dinheiro. Uma estratégia bastante conhecida e usada pela população carente residente e, também, pela população de rua. Segundo o Sr. Daniel, que realiza esta atividade, o valor obtido varia entre R\$15,00 e R\$20,00, valor que é complementado com a venda de doces e artesanato.

[...] eu fico aqui pra marcar ficha, aí eu ganho um dinheiro. Vendo as vagas. R\$15,00 ou R\$20,00 contos tá bom demais. E muitas vezes fico no semáforo vendendo bala. Vendo bala, faço mais artesanatos de latinha, que fica muito lindo... faço coqueirinho, faço panelinha de arroz, faço motoca (Sr. Daniel – informação verbal).

As vendas de vagas em filas de hospitais constituem atividades ilegais e já chegaram a ser alvos de denúncias e operações da Polícia Civil, que chegou a prender pessoas que prestavam esse serviço em um hospital da cidade. Segundo notícias publicadas pela imprensa (G1, 2021), os suspeitos foram autuados por peculato, formação de organização criminosa e crime contra o consumidor. Não se sabe se neste caso os presos eram moradores de rua.

Como explica Nascimento Júnior (2011), por subverter normas e regulamentações impostas pelo Estado, as atividades do circuito inferior da economia urbana são enquadradas, algumas vezes, em uma situação oficial de ilegalidade ou informalidade, chegando a ter como consequência a criminalização de seus praticantes. Essas normas e legislações, por representarem apenas a racionalidade hegemônica, desconsideram os obstáculos impostos à existência de importante parcela da sociedade e, por isso, nunca acolhem os interesses e as necessidades que motivam as práticas e a permanência deste uso subversivo do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mostrou a discussão apresentada, apesar de historicamente ser invisibilizada socialmente, a população de rua é parte integrante do espaço urbano e, mesmo em um contexto de extrema privação, se apropria de espaços e de recursos específicos das cidades no intuito de garantir condições mínimas de sobrevivência, fazendo do território usado um abrigo.

Contrariando os discursos impregnados de preconceitos e que classificam esses sujeitos como desocupados, a análise revela que a população em situação de rua está incorporada à economia urbana via circuito inferior, com a criação de trabalhos em suas diversas formas, garantindo a existência e sobrevivência desse grupo no espaço urbano da cidade.

Para essa população o trabalho adquire grande importância, sendo realizado mediante a adaptação desses agentes ao espaço da cidade. A concentração de comércios e serviços, assim como o fluxo de pessoas na área central de Campos, constituem fatores essenciais para a realização atividades como a venda de doces e artesanatos, a catação de materiais recicláveis, assim como o trabalho de “flanelinha”. Além desses serviços, ocorre a realização de atividades esporádicas, como capina de quintal, pintura, ou ajudante de pedreiro. Outra forma de obtenção de dinheiro identificada foi a venda de vagas nas filas de hospitais. Esses usos se contrapõem às estratégias pensadas para as cidades capitalistas, constituindo, assim, resistências ante as racionalidades hegemônicas de uso do território urbano.

Assim, considera-se que analisar os usos do território por essa população possibilita uma melhor compreensão da complexidade do espaço urbano, revelando um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade. Além disso, as análises podem colaborar na desconstrução de preconceitos, assim como contribuir na elaboração de políticas públicas mais condizentes com a realidade desse grupo social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos**. Site Le Mond Diplomatique Brasil, 2008. Disponível em: <<http://webserver.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>> . Acesso em: 03/01/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e Gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar**: Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, 2009.

CENTROPOP. **Levantamento de dados do Centro POP (2014 - 2017)**. 2017.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. In.: BURSTYN, Marcel. (Org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Geramond, 2003, pp.139-172.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 10/10/19.

LOPES SILVA, Maria Lúcia. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTENEGRO, Marina Rigitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

NASCIMENTO JÚNIOR, Francisco Chagas do. Do uso corporativo ao uso subversivo do território nos países periféricos. **Rev. Mercator**: Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 49-58, set./dez. 2011.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. Texto para Discussão. **IPEA**. Brasília, v. 2246, p. 1-36, 2016.

NEVES, D. **Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos**. Caderno CRH, nº31, Jan/Dez. Salvador, 1999.

PENTEADO, Ana Tereza Coutinho. **Urbanização e usos do território**: as crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Campinas/SP. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto**: o mercado socialmente necessário. X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p.12458-12470.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens lentos, opacidades e rugosidades**. Redobra n.09 – 2012.Salvador, Edufba, 2012. p. 58-71.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Rev. Território**, n. 9, jul/dez, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6, n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Sposito, M.E.B. (org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, Unesp, 2001.

Diogo Jordão - Possui Licenciatura (2014) e Mestrado (2018) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes. Docente na Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ) desde 2015. Vencedor do Prêmio Educador Nota 10 (2020), com o Projeto Nos Trilhos da Democracia.

Recebido para publicação em 27 de janeiro de 2022.

Aceito para publicação em 09 de maio de 2022.

Publicado em 05 de junho de 2022.